

INSTITUTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte A crítica

Data 10/11/2000 Pg A15

Class. 111

Manaus, sexta-feira, 10 de novembro de 2000

a crítica ECONOMIA a15

MINISTRO LANÇA PACOTE

Extrativistas ganham apoio

AC - 28/abr/96

PARTICIPANTES DE RESERVAS EXTRATIVISTAS REIVINDICAM JUNTO AO GOVERNO FEDERAL MAIS APOIO A ESSE MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, apresentou ontem um pacote de medidas que irá alterar a situação dos extrativistas da Amazônia. No dia 8, foi assinado um protocolo de intenções com o Banco da Amazônia (Basa), que prevê a redução de 5% para 0,5% ao ano, dos juros de crédito para o setor. O ministro anunciou também a implementação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que prevê uma reforma agrária aliada à preservação ambiental, e a criação da Reserva Extrativista de Tarauacá, no Acre. Proposta por Chico Mendes em 1988, por ser o seringal de maior produção da região, esta reserva localiza-se nos Municípios de Tarauacá e Jordão, com área aproximada de 152 mil hectares e atende à uma população de 2 mil famílias.

Nos dias 7 e 8, cerca de 80 representantes de reservas extrativistas da Amazônia dos quais seis do Amazonas e técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), participaram de um encontro com o ministro Sarney Filho, onde o principal assunto foram as reservas extrativistas. Durante o encontro, o ministro ouviu dos produtores rurais e de técnicos do Ibama exposições que fortalecem a idéia

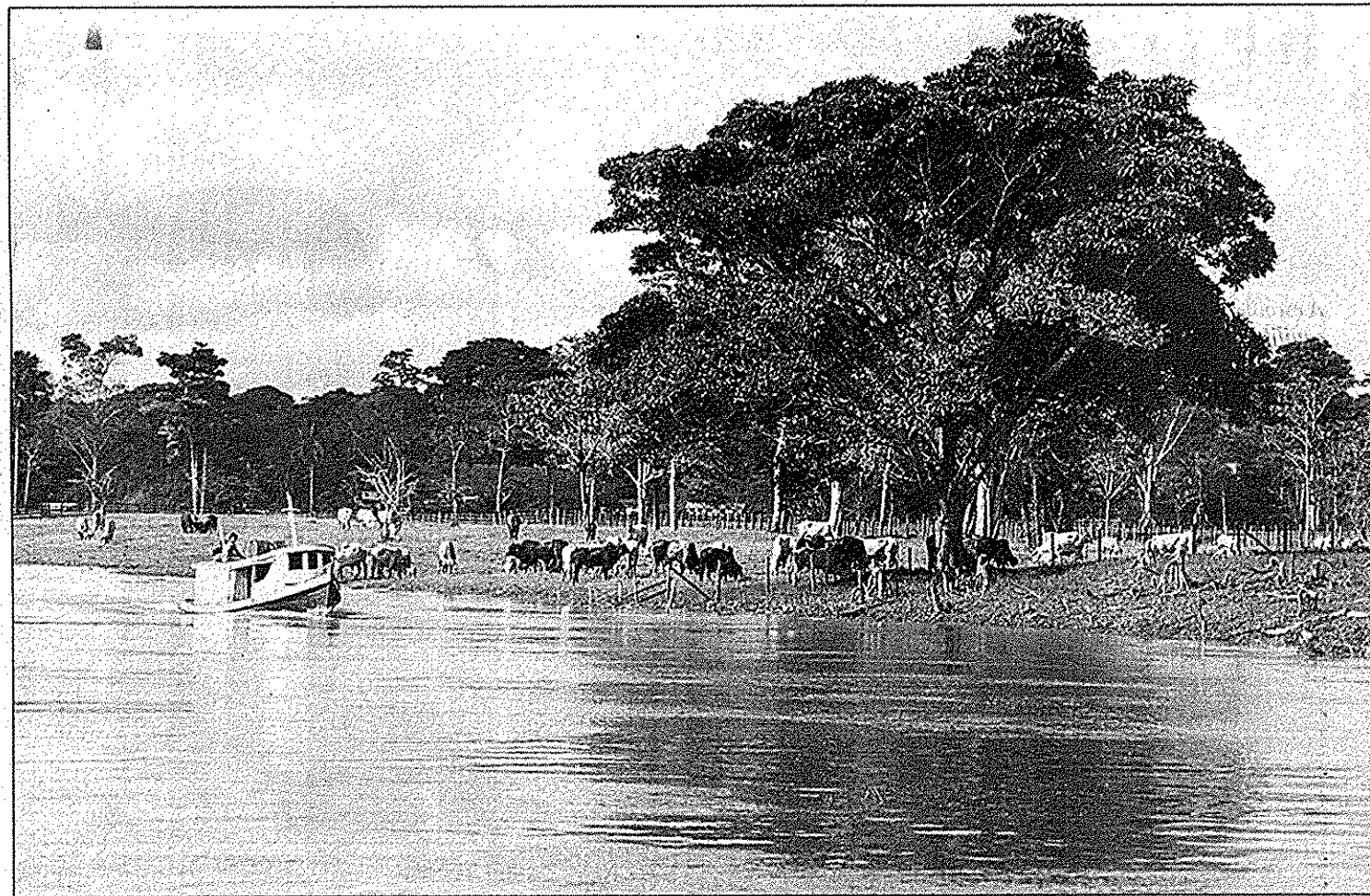
das reservas como um dos instrumentos positivos de desenvolvimento sustentado para a região e, prometeu ajudá-los.

Ao anunciar as medidas, Sarney Filho disse que a Amazônia não pode ser apenas uma vitrine a ser apreciada. "Quem mora na Amazônia pode e deve tirar seu sustento da floresta, assegurando a sobrevivência das gerações futuras através de programas de desenvolvimento sustentável, como é o caso do extrativismo", destacou. As medidas foram anunciadas durante encontro com representantes dos extrativistas que estão em Brasília fazendo um levantamento sobre a produção do setor.

"Foi uma luta difícil, mas conseguimos, pela primeira vez, garantiu recursos orçamentários para o setor extrativista", enfatizou Sarney Filho. "Pelo menos um milhão de pessoas serão beneficiadas com os novos programas". Até o final do próximo ano estão previstos R\$ 45 milhões de recursos no orçamento dos fundos constitucionais repassados ao Basa.

A secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti, disse que as medidas anunciadas representam a valorização econômica de um grupo que protege a floresta. "Eles são os verdadeiros fiscais e protetores da floresta", acrescentou. A redução da taxa de juros significa um reconhecimento do serviço que os extrativistas prestam ao manter os recursos naturais.

O presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Juarez Leitão dos Santos, destacou a importância da redução dos juros para o Programa de Apoio ao desenvolvimento Extrativista (Protex). Segundo o extrativista, "o acordo com o Basa (Banco da Ama-



OUTRA LIÇÃO

Projeto que tem no homem sua atenção principal vem garantindo melhorias ambientais

zônia) vai tornar o crédito acessível aos extrativistas".

Sarney Filho falou ainda sobre a parceria que está sendo feita com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para garantir uma reforma agrária diferenciada na Amazônia com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável. A medida tem por objetivo alterar a ocupação de terras e o sistema de produção na região. "O programa envolve a capacidade técnica do

MMA na área ambiental e os recursos para assentamentos do Incra. É um novo modelo que prevê o uso coletivo das comunidades", prosseguiu.

FAZENDO DIFERENÇA

Para o ministro, os assentamentos com programas de desenvolvimento sustentável significam um diferencial na maneira de se fazer reforma agrária. "Até então, estes programas não levavam em conta

a questão ambiental, tanto que os assentamentos sempre foram vetores de desmatamentos na Amazônia", informou. Essa modalidade de reforma agrária delimita a área para ocupação, sem definir lotes como o modelo tradicional. Acompanhadas pelos ministérios e pelas instituições locais, as comunidades vão definir os planos para a exploração dos recursos naturais.

O pacote inclui ainda o edital

para seleção de projetos que serão financiados com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Serão destinados R\$ 3 milhões às propostas de apoio às comunidades extrativistas, gestão ambiental em terras indígenas e recuperação de áreas alteradas. Esses projetos podem ser sobre a implantação de planos de manejo florestal, marketing e comercialização de produção e utilização de áreas degradadas para plantio.